

Permanência do jovem no campo, um levantamento sobre os fatores que influenciam esta decisão

LUANDA BORSOI

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
luandaborsoi@hotmail.com



PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO, UM LEVANTAMENTO SOBRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM ESTA DECISÃO

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a intenção dos jovens em permanecer no campo, tendo como objetivos identificar dentre o quadro social, quais produtores rurais tem filhos, e quantos destes jovens possuem interesse em permanecer no campo; identificando também quais são os fatores que levam a tomar tal decisão, analisando assim se as políticas públicas para permanência do jovem no campo são eficazes. A metodologia utilizada foi em forma de levantamento, onde a coleta de dados foi realizada por meio de questionários. Com esta pesquisa podemos observar que os jovens ainda possuem interesse de permanecer no campo, porém consideram como fatores que dificultam essa decisão a baixa renda mensal, seguida pela falta de políticas públicas que auxiliem a vida no campo. Hoje possuímos várias políticas públicas relacionadas a este âmbito, como por exemplo os programas do governo PAA, PNAE, PGPAF e o PRONAF, porém conforme o resultado da pesquisa, os agricultores acreditam que estes programas não estão sendo eficazes para os nossos jovens.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Migração de jovens. Políticas públicas.

Abstract

This article proposes a reflection on the intention of young people to stay in the countryside, having as goal find inside the social square, if this farmers have children, and how many of these young people have an interest in staying in the countryside; also finding what are the factors that lead to such a decision, thus analyzing if public policy for young remaining in the field are effective. The methodology used was in the form of survey, where data collection was conducted through questionnaires. Through this research we can see that young people still have an interest to stay in the countryside, but they consider as a factor that hinder this decision the lower monthly income, followed by the lack of public policies that help the country life. Today we have a number of public policies related to this area, for exemple the government programs PAA, PNAE, PGPAF, PRONAF, but as the search result, the farmers believe that these programs aren't effective for our young people.

Keywords: Agriculture family, migration of young, public policies



1 Introducao

Este artigo foi desenvolvido com o intuito de identificar e analisar a intencao dos jovens em permanecer ou nao na agricultura e levantar os motivos que os levam a tomar tal decisao. Este e um assunto muito relevante nos dias atuais, pois grande numero de jovens esta migrando para a cidade, o que faz com a populacao rural envelheca, e conseqentemente diminua. Este fato preocupa muito, pois e um forte indicio de que a agricultura familiar esta entrando em decadencia, o que alem de ser preocupante para a producao de alimentos tambem e um fator de risco para as entidades que dependem da agricultura familiar.

De acordo com o Portal Brasil (2015), o agricultor familiar ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijao (70%), carne suina (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) sao alguns grupos de alimentos com forte presenca na agricultura familiar.

Sendo assim, o objetivo geral do estudo e identificar e analisar a intencao dos jovens em permanecer ou nao na agricultura e levantar os motivos que os levam a tomar tal decisao. Formulam-se assim as seguintes questoes de pesquisa para apoiarem e auxiliarem na realizacao do objetivo geral: Que fatores levam os jovens a migrar do campo para a cidade? Quais politicas publicas poderiam ser utilizadas para incentivar a sua permanencia no campo e qual a eficacia dessas politicas?

Para conseguirmos responder as questoes da pesquisa e ao objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos especificos: identificar dentre o quadro social da Cooperativa de Credito Rural com Interacao Solidaria CRESOL, quais produtores rurais tem filhos; dentre os produtores rurais que possuem filhos, quantos possuem interesse em permanecer no campo; quais sao os fatores que levam os jovens a permanecer no campo e quais sao os motivos que os levam a ir para a cidade; identificar se as politicas publicas para permanencia do jovem no campo sao eficazes.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato da importancia da agricultura familiar e sua perpetuacao, pois dela depende a producao de alimentos, e a subsistencia de milhares de familias. Identificando o interesse dos jovens em permanecer no campo ou nao, e ainda mais, encontrando os motivos para tal decisao, poderemos definir a eficacia e as deficiencias das atuais politicas publicas para a agricultura familiar.

2 FUNDAMENTACAO TEORICA

No capitulo da fundamentacao teorica abordaremos conceitos referentes ao cooperativismo, focado nas cooperativas de credito rural, agricultura familiar, politicas publicas e migracao no Brasil. Este capitulo e de fundamental importancia para fazer a analise e interpretacao dos dados coletados, uma vez que ela busca relacionar os dados empiricos com a teoria.

2.1 Cooperativas e seu Surgimento

Segundo Jeronimo, Maraschin e Silva (2006, p. 3), cooperativa pode ser definida com uma organizacao de caracter permanente, criada por um agrupamento de individuos com interesse comum que apresenta como objetivo a realizacao de atividades economicas relacionadas com o progresso economico e o bem-estar dos associados, que sao os proprietarios e usuarios da organizacao.

Desta forma, cooperativa define-se como uma sociedade composta por pessoas, que se unem voluntariamente, visando interesses e propósitos comuns, essa uniao oportuniza uma



melhora considerável na qualidade de vida de seus associados, seja no aspecto econômico e social.

A cooperação entre os homens foi experimentada desde o surgimento da sociedade, mas a sua criação é marcado historicamente pela união de 28 tecelões, em 21 de outubro de 1844, em Manchester, na Inglaterra.

Namorado (2007, p. 09) nos afirma que “o êxito da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale validou a experiência e consagrou princípios e as regras assumidas, instituindo um paradigma cooperativista hoje, mais de 160 anos depois, dominante à escala mundial”.

Santos, Gouveia e Vieira (2008, p. 07) enfatizam que devemos considerar como importantes para o início do cooperativismo no Brasil, graças ao iniciativa como a fundação da Sociedade Cooperativa dos Funcionários Públicos de Ouro Preto em 1889, e a atuação do jesuíta suíço *Theodor Amstad*, que incentivou a criação de uma cooperativa de crédito rural em 1902, no Estado do Rio Grande do Sul.

2.2 Características e Ramos das Sociedades Cooperativas

Conforme Santos, Gouveia e Vieira (2008, p. 25), as sociedades cooperativas se distinguem das demais formas de sociedades por apresentarem alguns elementos peculiares, sendo eles:

- a) formação do quadro social: as cooperativas possuem adesão livre e voluntária e não há um número máximo de associados;
- b) capital social: as sociedades cooperativas possuem capital social variável, que pode aumentar ou diminuir conforme o número de associados, outra característica é a impossibilidade de cessão, por parte do associado, de suas quotas-partes a terceiros;
- c) representatividade: a sociedade cooperativa é gerida através de uma autogestão democrática, onde as principais decisões são tomadas nas assembleias, o *quórum* é baseado no número de associados, onde cada associado tem direito a um voto, e não no capital, como acontece nos demais tipos de sociedades;
- d) sobras líquidas resultantes das operações: Como as sociedades cooperativas não tem por objetivo o lucro, é adotada a denominação de “sobras líquidas” para o que seria o “lucro líquido” das demais sociedades com fins lucrativos;
- e) objeto social: o objeto social da sociedade cooperativa é a prestação direta de serviços aos associados e, para tanto, poderá desempenhar qualquer gênero de serviço, operação ou atividade.

Sendo assim, as características das sociedades cooperativas estão voltadas ao bem estar do quadro social.

De acordo com o art. 5º da Lei 5.764/71 “as sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade”. Hoje reconhecemos treze ramos de sociedades cooperativas, as quais traremos uma breve definição segundo a OCB (2015):

- a) ramo agropecuário: cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social;
- b) ramo consumo: cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados;



- c) ramo crédito: cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados. Atua no crédito rural e urbano;
- d) ramo educacional: cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins;
- e) ramo especial: cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situações de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 1999; as cooperativas atuam visando à inserção no mercado de trabalho desses indivíduos, à geração de renda e à conquista da sua cidadania;
- f) ramo habitacional: cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social;
- g) ramo infraestrutura: cooperativas que atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços essenciais, como energia e telefonia;
- h) ramo mineral: cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais;
- i) ramo produção: cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção;
- j) ramo saúde: cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana;
- k) ramo trabalho: cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma; este é um segmento extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho;
- l) ramo transporte: cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros;
- m) ramo turismo e lazer: cooperativas que prestam ou atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços turísticos, lazer, entretenimento, esportes, artísticos, eventos e de hotelaria.

Assim, podemos perceber a importância e a influência que o cooperativismo assume em todos os aspectos e segmentos da sociedade. Pois vêm incentivando as atividades relacionadas a eles, estimulando e desenvolvendo a economia, contribuindo assim com o bem estar social de seus cooperados e sociedade em geral.

2.3 Cooperativas de Crédito

A Cresol (2012) nos traz que as cooperativas de crédito funcionam como qualquer instituição financeira, porém, assumem características próprias, onde a principal delas é que os cooperados participam diretamente da gestão, definindo suas diretrizes e linhas de atuação. Bittencourt (2001, p. 23) define cooperativa de crédito como:

[...] uma associação que presta basicamente os mesmos serviços fornecidos pelos bancos: financia a produção e os investimentos, cobra contas, fornece talão de cheques e opções de aplicações para seus associados. Por outro lado, é diferente de um banco, pois seus proprietários são os seus clientes, não precisando ter lucro para funcionar, bastando ser remunerada o suficiente para saldar suas próprias contas. Seus custos são rateados entre o quadro social na forma de juros e de pequenas taxas, assim quanto menores forem os custos da cooperativa, menores podem ser os juros e as taxas cobradas por estas.

O Instituto Infocos (2013, p. 71) destaca que apesar das cooperativas de crédito fazerem parte do sistema financeiro elas têm finalidade social e não lucrativa, se apresentam no setor financeiro com o objetivo de democratizar o crédito.



De acordo com Pinheiro (2008, p. 14) “no Brasil não há uma entidade de cúpula única para o cooperativismo de crédito. O cooperativismo de crédito brasileiro é organizado em quatro grandes sistemas principais, Sicredi, Sicoob, Unicred e Ancosol.” Trataremos das principais entidades cooperativistas, de acordo com a visão de Pinheiro (2008, p. 16):

ACI - Aliança Cooperativa Internacional, sediada em Genebra, Suíça, é uma organização não-governamental independente que congrega, representa e presta assistência às organizações cooperativas do mundo todo.

WOCCU - Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito, sediada em Madison (Wisconsin, EUA), fundado em 1971 e possui membros e afiliadas em 84 países ao redor do mundo. Representa as cooperativas de crédito em nível mundial

ICBA – Associação Internacional dos Bancos Cooperativos, é uma organização especializada da Aliança Cooperativa Internacional, fundada em 1922. Atua na promoção da cooperação entre os bancos cooperativos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Colac – Confederação Latino-Americana de Cooperativas de Economia e Crédito; é uma organização não governamental de representação das cooperativas de crédito, sediada na Cidade do Panamá (Panamá). Atua como coordenadora de uma rede de cooperativas de crédito na América Latina.

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil; é uma entidade privada que representa formal e politicamente o sistema nacional. Integra todos os ramos de atividade do setor e fixa as diretrizes políticas do Sistema Cooperativo no Brasil.

Ancosol - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária foi criada em 2004, reúne algumas cooperativas centrais de crédito voltadas para a economia familiar e solidária, assim como alguns sistemas não organizados em centrais.

Confefrás - Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito; é a primeira confederação de cooperativas de crédito no Brasil, instituição não-financeira de representação política de suas afiliadas.

Unicred do Brasil - É o órgão de cúpula do sistema Unicred, autorizada a funcionar como instituição financeira.

Confederação Sicredi - Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi é uma instituição não-financeira. É o órgão de cúpula do sistema Sicredi.

Sicoob Brasil - Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob é uma instituição não-financeira, é o órgão de cúpula do sistema Sicoob.

CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, instituição não-financeira. É uma entidade de auditoria cooperativa.

Bancos cooperativos - são bancos múltiplos ou bancos comerciais controlados por cooperativas centrais de crédito que devem deter, pelo menos, 51% de suas ações com direito a voto.

As cooperativas de crédito surgiram logo em seguida do surgimento das primeiras formas de cooperativas.

O cooperativismo [...] surgiu em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo. A primeira cooperativa de crédito não demoraria a surgir. Três anos depois, em 1847, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, criou no povoado de Weyerbusch/Westerwald a primeira associação de apoio para a população rural, que, embora não fosse ainda uma cooperativa, serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen. (PINHEIRO, 2008, p. 21)

O Instituto Infococ (2013, p. 49) afirma que no Brasil, o cooperativismo de crédito surgiu no início do século XX, trazido por imigrantes alemães e italianos. Eles implantaram



um sistema de crédito cooperativo nos moldes das organizações que existiam em suas cidades e vilas de origem, na tentativa de resolver seus problemas de crédito, produção e consumo. A primeira cooperativa brasileira foi fundada na serra gaúcha em 1902, mais especificamente na cidade de Nova Petrópolis, em funcionamento até hoje.

“A partir desta iniciativa, outras organizações de crédito foram sendo criadas no Rio Grande do Sul, e que posteriormente, foram sendo difundidas para os demais estados brasileiros, principalmente da região Sul e Sudeste.” (CONTAG/CUT, 1999, P. 9)

2.4 A Agricultura Familiar e as Políticas Públicas

Segundo a Revista Cresol (2014, p. 12), a agricultura familiar é uma grande geradora de riquezas, que hoje um ator social importante, pois são milhares de famílias que dependem e vivem da agricultura familiar, além de que possui grande importância para a segurança alimentar em todo o mundo, preservando os alimentos tradicionais, protegendo a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. Devida à importância da Agricultura Familiar, foram criadas algumas medidas de políticas públicas para seu fortalecimento e continuidade.

A seguir trataremos as principais políticas públicas para a agricultura familiar:

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, é um programa do Governo Federal, com o intuito de atender os pequenos agricultores, busca incentivar por meio de repasses de créditos rurais, avanços tecnológicos e melhorias nas propriedades, trazendo modernização ao campo e aumentando a produção. O Pronaf abrange programas como o Mais Alimentos, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Eco e Agroecologia

Habitação Rural – O Programa Nacional de Habitação Rural cria uma oportunidade para as famílias rurais descapitalizadas construir ou reformarem sua casa, atende as famílias com renda entre um e três salários mínimos. (Rover e Munarini, 2010, p.1)

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos – É uma ação do Governo Federal criada para contribuir com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil. O programa utiliza processos de comercialização que favorecem a compra direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, promovendo a agregação de valor à produção. (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – o governo oferece aos estudantes da rede pública de ensino alimentos saudáveis, dos quais 30% deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – Programa do Governo Federal que garante aos agricultores familiares que tem financiamento no âmbito do Pronaf a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo de produção. (Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 02)

PROAGRO – Programa de Garantia a Atividade Agropecuária – garante a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais. (Ministério da Agricultura)

Além dos Programas do governo para incentivo da agricultura familiar, a Cresol também opera um projeto, juntamente com o Instituto Infocós, com a Unicafe, e com a Ong Trias, que tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar, o Programa Gênero e Geração.



2.5 Migração no Brasil

O Brasil é um país com grande movimentação da população, conforme Goldfarb (2006, p. 04):

O Brasil é um país onde uma imensa população está continuamente se movimentando, migrando, na grande maioria das vezes por questões econômicas. Saindo da terra. Chegando na cidade grande. Mudando de cidade. [...] Esses fluxos de movimentação mudam de direção, invertem os sentidos e nesse ir e vir, criam e resignificam os espaços.

Nos últimos anos temos observado a diminuição da população rural, de acordo com a revista Cem (1983): o que explica a saída de pessoas do campo para a cidade, no Brasil, é uma junção de fatores como a mecanização das atividades agrícolas, a oferta de empregos urbanos, a criação de novos empregos no meio rural a um ritmo menor do que o do crescimento demográfico e o fechamento de fronteiras agrícolas.

A tabela 1 demonstra a diminuição da população rural com relação à população total do país. É também interessante notar o processo de redução no número absoluto dessa população a partir de 1970, conforme a tabela a seguir:

TABELA 1 - Participação Percentual da População Rural no Total da População Brasileira no Período de 1960 a 2010		
Ano	População Rural	Relação ao Total da População Brasileira %
1960	38.987.526	54,92
1970	41.603.839	44,02
1980	39.137.198	32,30
1991	36.041.633	24,53
2000	31.835.143	18,77
2010	29.830.007	15,64

Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico - Brasil (anos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Outro fator preocupante com relação a população rural que podemos observar é que a mesma está envelhecendo, os jovens não possuem interesse em permanecer no meio rural, desejam estudar e trabalhar na cidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia tem a finalidade de demonstrar os métodos de pesquisa utilizados para o desenvolvimento do trabalho, objetivando sucesso na elaboração do estudo. A tipologia da pesquisa se divide em três, sendo classificadas conforme seus objetivos, quanto a seus procedimentos e quanto a sua abordagem, conforme Beuren (2008, p. 80).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva, pois se preocupa em observar os dados, registrá-los e interpretá-los. Em relação aos procedimentos a pesquisa classifica-se como levantamento, visto que coleta informações em forma de questionário. No tocante a abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa, sendo caracterizada pelo emprego de



instrumentos estatísticos, se preocupando com o comportamento geral dos acontecimentos. (BEUREN, 2008, p.80)

A coleta de dados ocorreu no Posto de Atendimento da Cooperativa de Crédito Cresol, em Catanduvas, PR onde foram aplicados os questionários para 20 agricultores associados da Cooperativa que possuem filhos. O critério de seleção dos associados agricultores, se fez pela presença na cooperativa em seus dias de atendimento. As questões possuíam opções de múltipla escolha, podendo ser marcada mais de uma alternativa por questão. O questionário utilizado na pesquisa está no apêndice ao final do trabalho.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

O questionário iniciou-se identificando o perfil dos entrevistados, foi questionado a idade, sexo, se o agricultor faz parte da agricultura familiar e nível de escolaridade. Com a realização da pesquisa podemos observar que a idade dos entrevistados, variou de 37 a 72 anos. Quanto ao sexo dos entrevistados a proporção foi a apresentada no Gráfico 1.

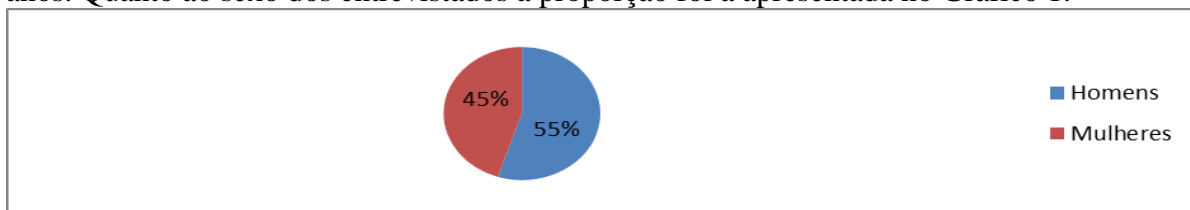


GRÁFICO 1 – SEXO DOS ENTREVISTADOS

Fonte: elaborado pelo autor

Podemos constatar que 55% dos entrevistados foram homens.

Ao ser questionados quanto a escolaridade, obtivemos as seguintes respostas, apresentadas no Gráfico 2.

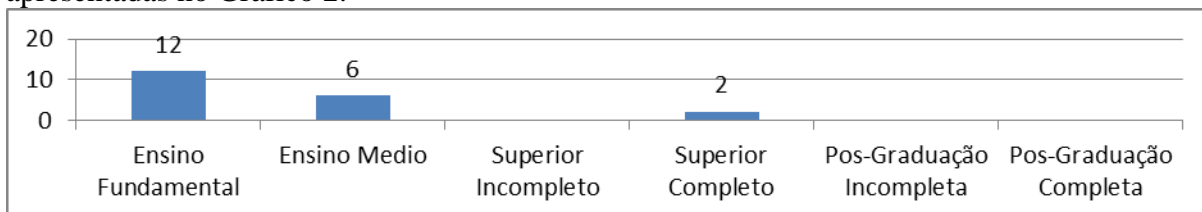


GRÁFICO 2 – ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO

Fonte: elaborado pelo autor

Podemos observar que 60% dos entrevistados declaram possuir apenas o ensino fundamental, 30% concluíram o ensino médio e a minoria, 10% possuem ensino superior. Depois de identificado o perfil do entrevistado, seguimos para as demais questões, a primeira questão visava identificar se o entrevistado faz parte da agricultura familiar, o resultado foi o apresentado no Gráfico 3.

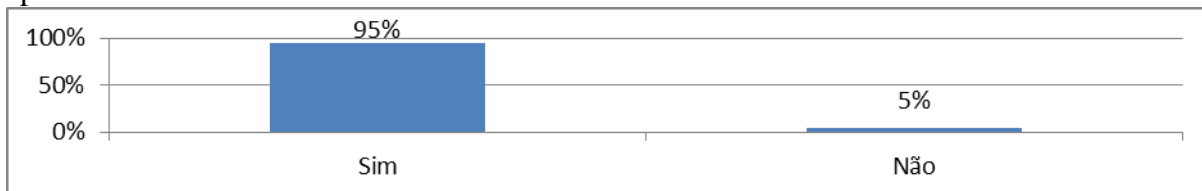


GRÁFICO 3 – ENTREVISTADO FAZ PARTE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Fonte: elaborado pelo autor

A grande maioria dos entrevistados enquadra-se na agricultura familiar, o que demonstra a importância desta classe na nossa sociedade. A segunda questão visava identificar a faixa de renda do entrevistado, conforme pode ser observada no Gráfico 4.

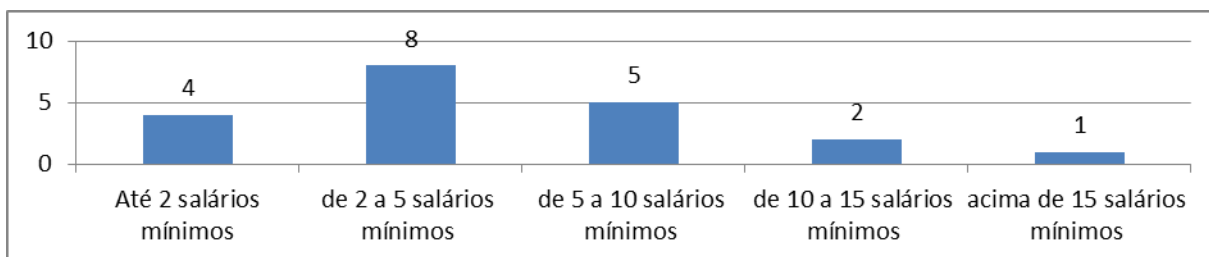


GRÁFICO 4 – FAIXA DE RENDA

Fonte: elaborado pelo autor

Quanto a renda, 20% dos entrevistados declararam possuir renda mensal de até 2 salários mínimos, 40% declararam possuir renda mensal de 2 a 5 salários mínimos, 25% dos entrevistados declararam possuir renda mensal de 5 a 10 salários mínimos, 10% dos entrevistados declararam possuir renda mensal de 10 a 15 salários mínimos, e apenas 5% dos entrevistados declararam possuir renda mensal acima de 15 salários mínimos.

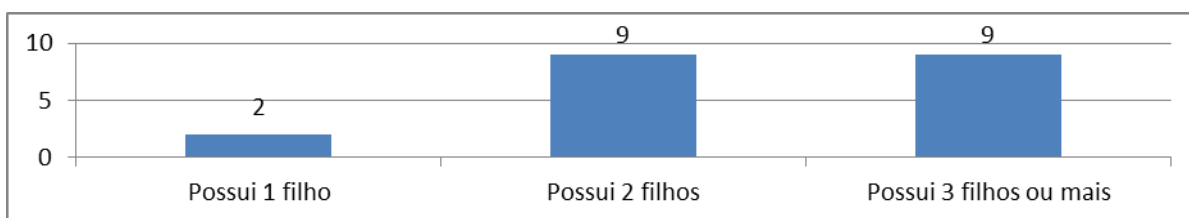


GRÁFICO 5 – NÚMERO DE FILHOS

Fonte: elaborado pelo autor

Ao ser perguntado quanto ao número de filhos, 10% dos entrevistados declaram possuir apenas 1 filho, 45% declaram possuir 2 filhos, e 45% declaram possuir 3 ou mais filhos.

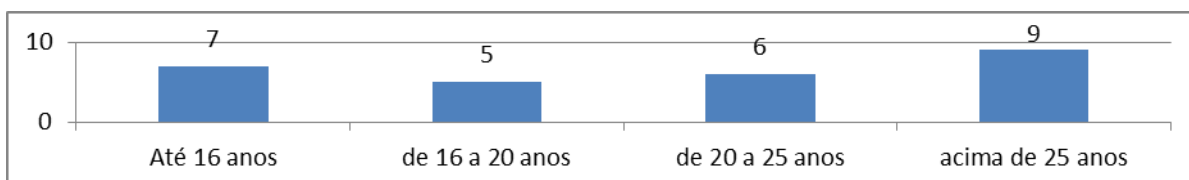
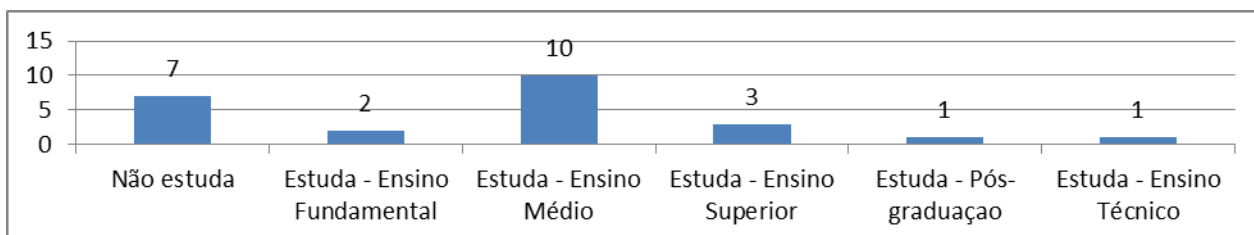


GRÁFICO 6 – FAIXA ETÁRIA DOS FILHOS

Fonte: elaborado pelo autor

Quanto a faixa etária dos jovens, a questão permitia a escolha de mais de uma alternativa, dessa forma identificou-se que, das famílias entrevistadas, 35% possuem filhos com idade até 16 anos, 25% possuem filhos com idade de 16 a 20 anos, 30% possuem filhos com idade de 20 a 25 anos, e 45% possuem filhos com idade superior a 25 anos.

A pesquisa também questionou se os jovens estudam e qual a sua escolaridade, sendo traçado o seguinte resultado no Gráfico 7.

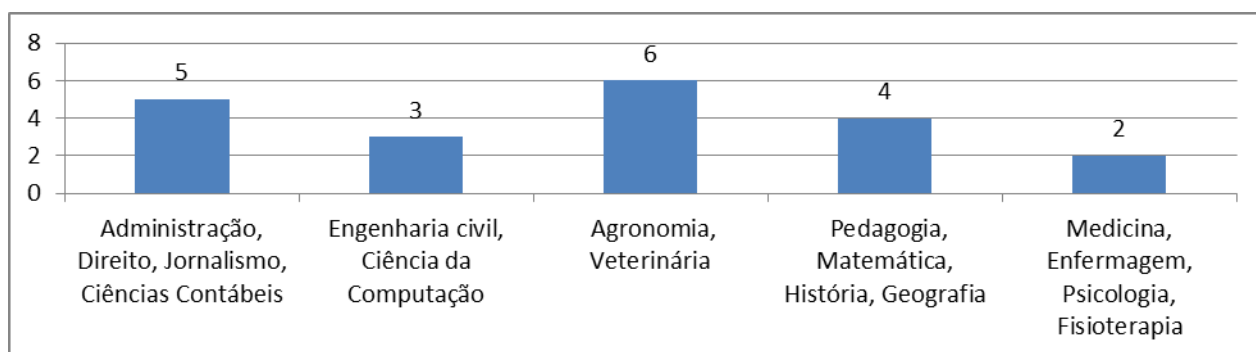


**GRÁFICO 7 – ESCOLARIDADE DOS JOVENS**

Fonte: elaborado pelo autor

Um fator considerável da pesquisa se refere aos estudos dos filhos. Este resultado preocupa, pois a grande maioria não tem realizado uma formação continuada após o Ensino Médio, ou até mesmo não estuda ou ainda está fazendo as séries do ensino fundamental e médio, sendo que apenas 26% possuem ou estão dando andamento a algum curso técnico, ensino superior ou pós-graduação.

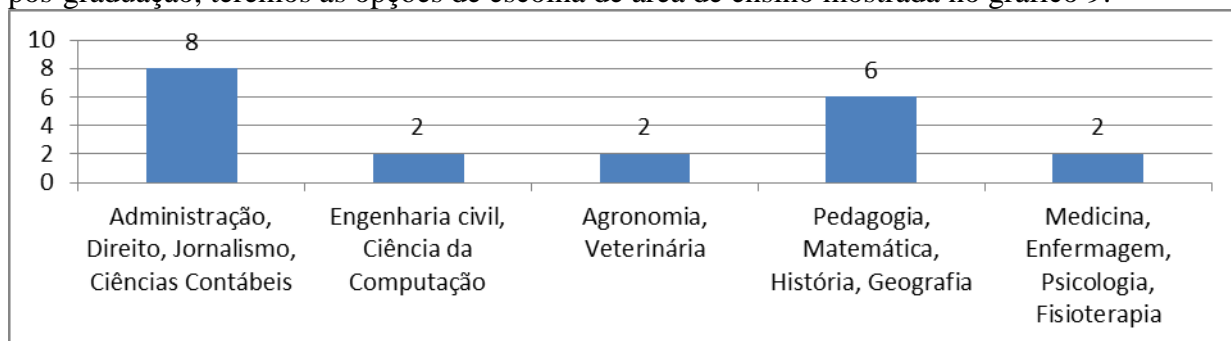
A pesquisa também visou identificar entre os jovens quais são as áreas de ensino superior mais desejadas, nos termos do Gráfico 8.

**GRÁFICO 8 – CURSOS ENSINO SUPERIOR**

Fonte: elaborado pelo autor

Notamos maior interesse em cursos como agronomia e veterinária (30%), seguido por cursos como administração, direito, jornalismo e ciências contábeis (25%). Na sequência se destacam os cursos da área de educação, como pedagogia, matemática, história, geografia (20%), e por fim os cursos como engenharia civil e ciência da computação (15%) e cursos da área da saúde (10%).

Esta questão também permite analisar os dados de forma selecionada, pois desta forma, apenas as respostas dos jovens que estão cursando curso técnico, ensino superior ou pós-graduação, teremos as opções de escolha de área de ensino mostrada no gráfico 9:

**GRÁFICO 9 – CURSANDO ENSINO SUPERIOR**

Fonte: elaborado pelo autor

Dentre os jovens que estão cursando curso técnico, ensino superior ou pós-graduação podemos identificar maior adesão a cursos como administração, direito, jornalismo e ciências contábeis. Com (40%); seguido por cursos da área de educação, como pedagogia, matemática, história, geografia... (30%). Também identificou-se interesse em outras 3 áreas, como engenharia civil e ciência da computação... (10%); cursos da área da saúde (10%), e cursos como agronomia e veterinária... (10%).



Ainda tratando da questao sobre as areas de ensino desejadas, utilizando os dados apenas dos jovens que ainda nao estao estudando, o desejo pelos cursos de ensino superior se comporta da seguinte forma, conforme apresentado no Grafico 10:

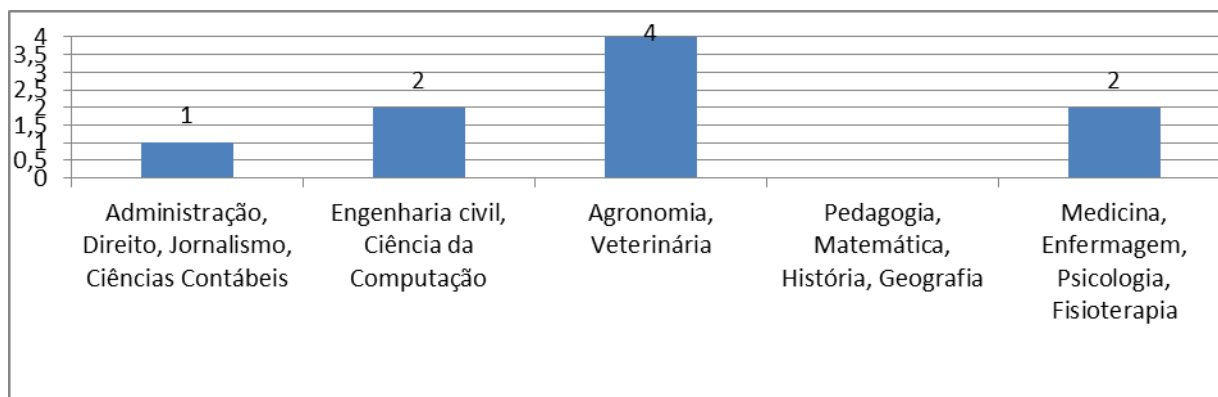


GRÁFICO 10 – DESEJO DE CURSO ENSINO SUPERIOR

Fonte: elaborado pelo autor

Ao analisar os jovens que possuem interesse em cursar faculdade e ainda não cursam, o cenário se altera, pois o maior interesse é em cursos como agronomia e veterinária; em seguida o interesse é em cursos como engenharia civil e ciência da computação e cursos da área da saúde, há pouco interesse em cursos de ciências sociais, como administração, direito, jornalismo e ciências contábeis, e não foi relatado nenhum interesse para cursos da área da educação.

Ao ser questionado aos pais se os jovens ainda moram na propriedade, temos o seguinte resultado, conforme Gráfico 11.

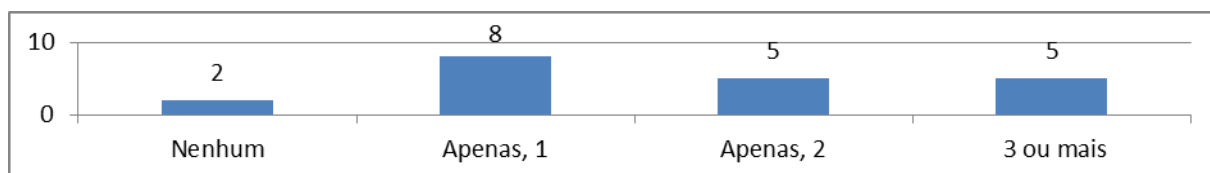


GRÁFICO 11 – JOVENS QUE AINDA MORAM NA PROPRIEDADE

Fonte: elaborado pelo autor

Ao analisar as respostas no que se trata a moradia do jovem no campo, observamos que na grande maioria das famílias entrevistadas, pelo menos um dos filhos ainda mora da propriedade rural, percentual que atinge 40% das famílias, as famílias que possuem 2 jovens morando na propriedade chega a 25%, famílias com 3 ou mais jovens morando na propriedade também atinge 25%, sendo que apenas 10% não possuem filhos na propriedade rural.

Também foi questionado se os filhos ajudam nos afazeres da propriedade (Gráfico 12).

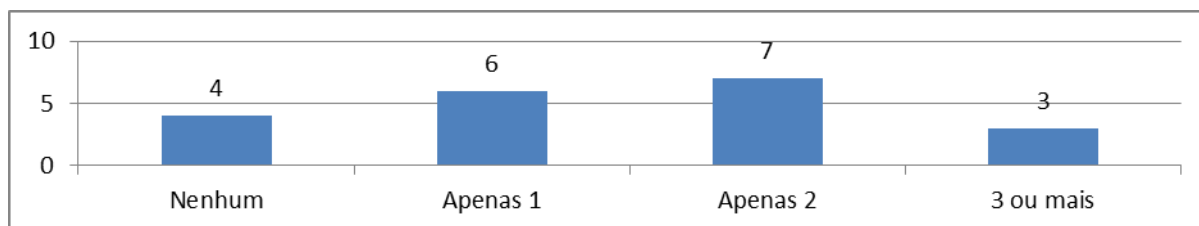


GRÁFICO 12 – JOVENS QUE PROPRIEDADE AJUDAM NOS AFAZERES DA PROPRIEDADE

Fonte: elaborado pelo autor



Nesta questão, 20% dos entrevistados responderam que nenhum dos filhos ajudam nos afazeres da propriedade, 30% responderam que apenas um ajuda, 35% responderam que 2 filhos ajudam nos afazeres, e 15% disseram que 3 ou mais filhos ajudam.

Na sequência foi perguntado se os jovens participam das tomadas de decisões na propriedade (Gráfico 13).

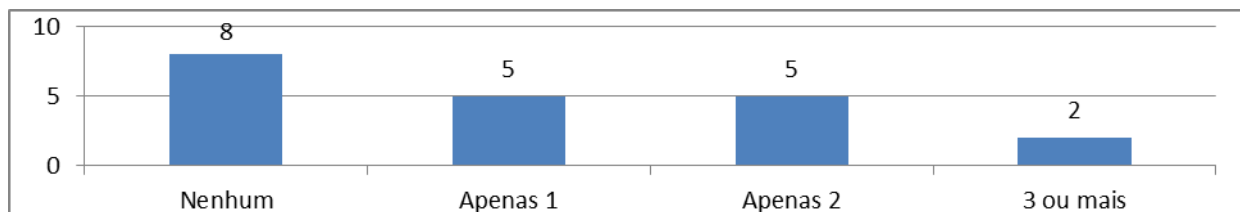


GRÁFICO 13 – JOVENS QUE PARTICIPAM DA TOMADA DE DECISÕES

Fonte: elaborado pelo autor

Ao chegarmos na questão que visa identificar se os filhos participam das decisões tomadas na propriedade, chegamos a um percentual preocupante, pois em 40% das famílias nenhum dos jovens participa da tomada de decisões, em 25% das famílias pelo menos um dos jovens participam da tomada de decisões, as famílias em que 2 jovens participam da tomada de decisões atinge 25%, e apenas 10% das famílias possuem 3 ou mais jovens que participam da tomada de decisões.

A questão número 10 indagou se os jovens demonstram interesse em permanecer no campo, tendo o seguinte resultado apresentado no Gráfico 14.

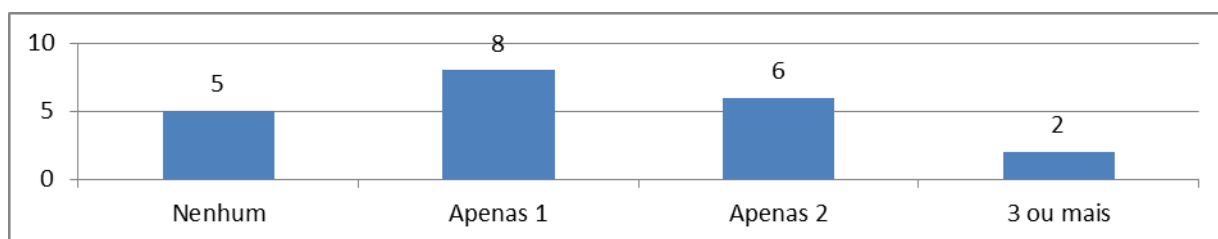
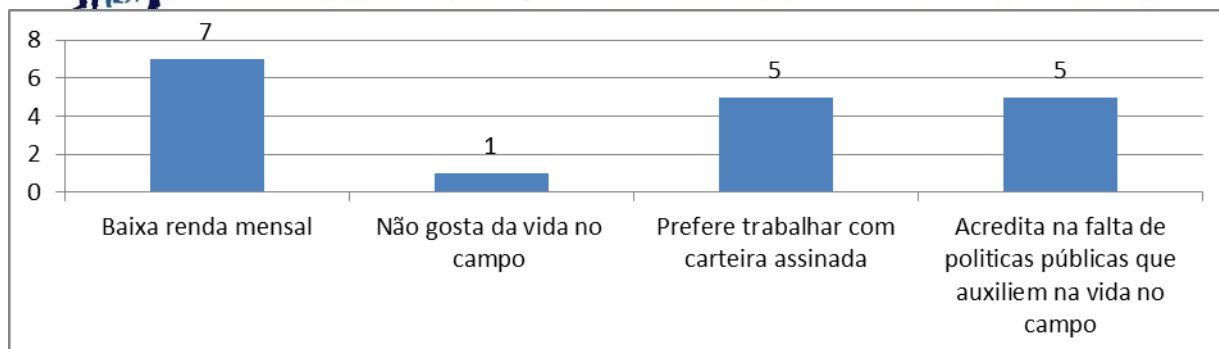


GRÁFICO 14 – JOVENS QUE DESEJAM PERMANECER NO CAMPO

Fonte: elaborado pelo autor

Podemos observar com esta pesquisa que grande número dos jovens agricultores possuem interesse em permanecer no campo. Dentre as famílias entrevistadas, 25% nenhum dos filhos deseja permanecer do campo, nos demais 75% podemos observar que pelo menos um dos jovens possui desejo de continuar na agricultura, porém, devemos salientar, que esta opção não é unanimidade entre os jovens na mesma família, pois, se convertermos este percentual com base no número de filhos por família, poderemos observar que o desejo de permanecer no campo agrada apenas 55,31% dos jovens, outro fator que devemos levar em consideração, é que nas famílias entrevistadas, em apenas 40% todos os filhos tem o interesse em continuar na agricultura.

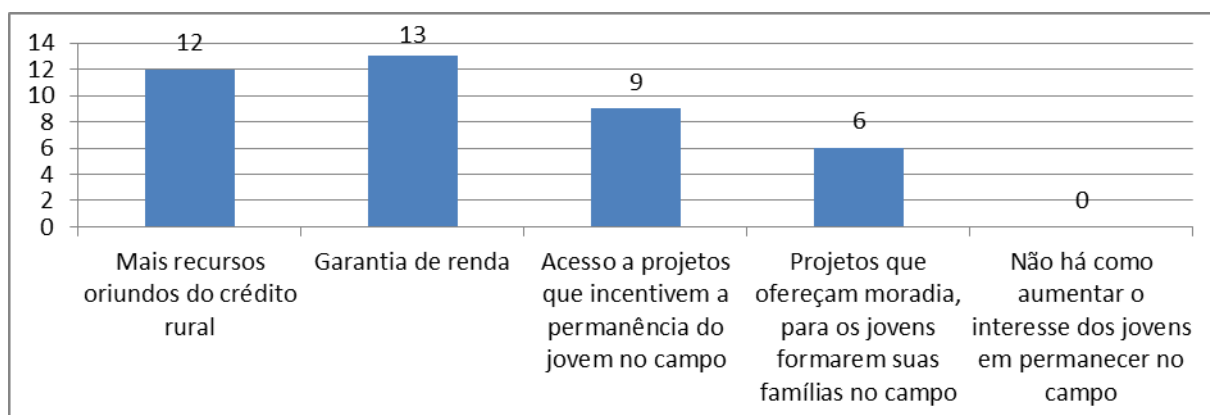
Na sequência, foi questionado quais são os fatores que levam os jovens a migrar do campo para a cidade (Gráfico 15).

**GRÁFICO 15 – FATORES QUE LEVAM OS JOVENS A MIGRAR DO CAMPO**

Fonte: elaborado pelo autor

A questão que visa identificar os fatores que levam os jovens a sair do campo também possibilitava a escolha de mais de uma alternativa, e nesta questão a grande maioria, 54% respondeu que o motivo da saída dos jovens do campo é a baixa renda mensal. Também tiveram alto índice de marcação as alternativas onde o jovem prefere trabalhar com carteira assinada e acredita na falta de políticas públicas que auxiliem na vida no campo, ambas com 38%. A alternativa onde o jovem não permanece no campo por “não gostar” atingiu apenas 7% das respostas.

Também foi perguntado aos entrevistados o que eles acreditam que pode aumentar o interesse dos jovens em permanecer no campo (Gráfico 16).

**GRÁFICO 16 – FATORES QUE PODEM LEVAR OS JOVENS A PERMANECER DO CAMPO**

Fonte: elaborado pelo autor

Ao ser perguntado aos entrevistados o que eles acreditam que pode aumentar o interesse dos jovens em permanecer no campo (esta questão também possibilitava a marcação de mais de uma alternativa), o resultado foi o esperado, a maioria acredita que a garantia de renda pode aumentar o interesse dos jovens em permanecer no campo, seguido por acreditarem que a necessidade é de mais recursos oriundos do crédito rural, também tivemos aqueles que acreditam que precisamos de projetos que incentivem a permanência do jovem no campo, e um percentual menor acredita que devem ser operacionalizados mais projetos que ofereçam moradia para os jovens formarem suas famílias no campo.

Nesta questão, o resultado mais surpreendente é que não houve nenhuma marcação para a alternativa que diz não haver como aumentar o interesse dos jovens em permanecer no campo.



Nesta pesquisa podemos observar que mesmo com todas as adversidades no meio rural, os jovens ainda possuem interesse em permanecer no campo, porém as famílias têm ciência, de que esta não é uma escolha fácil, pois a vida no campo requer além de interesse, força de vontade, perseverança, organização e recursos.

Os objetivos do estudo foram elaborados com o propósito de responder as seguintes questões: Que fatores levam os jovens a migrado do campo para a cidade? Quais políticas públicas poderiam ser utilizadas para incentivar a sua permanência no campo e qual a eficácia dessas políticas?

Consideramos que os fatores que levam os jovens a migrar do campo são em suma a baixa renda mensal, seguida pela falta de políticas públicas que auxiliem a vida no campo. Desta forma conseguimos identificar que precisamos criar meios de aumentar a renda no campo, oferecer mais recursos voltados aos jovens, e melhorar nossos projetos que incentivam a permanência dos jovens no campo.

Hoje possuímos várias políticas públicas voltadas para este âmbito, porém, pelo verificado nas respostas, não estamos sabendo aplicá-las de forma eficiente. Observamos que dentre os principais fatores que os entrevistados acreditam poder aumentar o interesse dos jovens em permanecer no campo, já possuímos alguma política pública relacionada, a garantia de renda, por exemplo, o governo já possui programas como o PAA, PNAE e PGPAF, quanto a oferta de recursos, possuímos o PRONAF que foi uma das primeiras políticas públicas que surgiram em benefício a Agricultura Familiar, com o intuito de fazer o repasse de recursos federais para produtores rurais da agricultura familiar visando incentivar os repasses de créditos rurais, avanços tecnológicos, melhorias nas propriedades, trazendo modernização ao campo e aumentando a produção. Acredito que já possuímos as políticas públicas adequadas para o incentivo da permanência do jovem no campo, porém devemos fazer com que os entes públicos analisem e desburocratizem as mesmas para a agricultura familiar, a fim de que ela consiga chegar a quem realmente precisa, e ser aplicada de forma efetiva e eficaz.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (Org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativismo de Crédito Solidário: Constituição e Funcionamento**. 2. ed. São Paulo: Kingraf - Gráfica, 2001.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 Dez 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm> Acesso em: 01 mai. 2016.

CEM (Centro de Estudos Migratórios do Estado de São Paulo). **O vaivém da sobrevivência**. São Paulo, Ed. Paulinas. 1983.

CONTAG/CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura / Central Única dos Trabalhadores). **Cooperativas de Crédito: Série Experiências**. Outubro 1999. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotMS&PagFis=11269&Pesq=> acesso em: 10 jun. 2016.

CRESOL. **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/notindividual.php?id=368#.V4ejfkrLIU>> Acesso em: 13 jul. 2016.



GOLDFARB, Yamila. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **Agrária**, São Paulo, v. 5, p. 109-113, 2006.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Agricultura Familiar**. Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

IBGE. **Censo Demográfico** - Brasil (anos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 maio 2016.

INFOCOS, Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. **Cooperativismo solidário**: análise das experiências do Sistema Cresol como ferramenta de inclusão social. Francisco Beltrão: Grafisul, 2013.

JERONIMO, Fátima Behncker; MARASCHIN, Angela de Faria; SILVA, Tania Nunes. A gestão estratégica de sociedades cooperativas no cenário concorrencial do agronegócio brasileiro: estudo de caso em uma cooperativa agropecuária gaúcha. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, n. 26, 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PROAGRO**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zonamento-agricola/proagro>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar PGPAF**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Citricultura/26RO/App_PGPAF.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf> Acesso em: 21 jun. 2016.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo**: historia e horizontes. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: Centro de Estudos Sociais: Oficina do CES n 278, 2007. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/278.pdf>> Acesso em: 07 maio 2016.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito**: História e evolução normativa do Brasil. 6 ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em: 29 jun. 2016.

Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. **Ramos**. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuario_conceito.asp Acesso em: 13 jul. 2016



REVISTA CRESOL. **Parceria Cresol e BNDES promove expansão do cooperativismo de crédito solidário no estado do Rio de Janeiro.** Grafisul, v. 2, julho 2014.

_____. **Cresol comemora 20 anos de cooperativismo de crédito solidário.** Grafisul, v. 2, abril 2015.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. **A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar.** Rev. katálysis vol.13 no.2 Florianópolis 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200013> Acesso em 12 jun. 2016.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas.** São Paulo: Atlas, 2008.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Esta é uma pesquisa acadêmica que tem por objetivo identificar se os jovens possuem interesse em permanecer no campo, quais são os fatores que levam os jovens a permanecer no campo, e quais são os motivos que os levam a ir para a cidade, identificando também se as políticas públicas para a permanência do jovem no campo são eficazes. O trabalho está sendo realizado como requisito parcial à obtenção do grau de especialista no Curso de Pós-Graduação em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Solicitamos sua colaboração para responder as questões elaboradas, sendo de fundamental importância a sua participação. Ressaltamos que os dados obtidos por meio deste instrumento serão tratados e analisados globalmente, garantindo-se o sigilo dos respondentes. Agradecemos desde já sua valiosa colaboração.

Idade: _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Nível de escolaridade:

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Superior incompleto

() Superior completo

() Pós-graduação incompleta

() Pós-graduação completa

1-O sr. é agricultor familiar? a)()sim b)() Não

2-Qual a sua faixa de renda?

b)()de 2 a 5 salários mínimos

a)()até 2 salários mínimos

c)()de 5 a 10 salários mínimos

d)()de 10 a 15 salários mínimos

e)()acima de 15 salários mínimos

3-Possui filhos?

a)() não

b)()sim, 1

c)()sim, 2

d)()sim, 3 ou mais

4-Em que faixa etária? a)()até 16 anos

b)()de 16 a 20 anos

c)()de 21 a 25 anos

d)()acima de 25 anos

5- Seus filhos ainda moram na propriedade?

a)() não b)()sim, 1

c)()sim, 2 d)()sim, 3 ou mais

**6-Seus filhos estudam?**

- a) não
b) sim, ensino fundamental
c) sim, ensino médio
d) sim, faculdade
e) sim, pós-graduação
f) sim, curso técnico

7-No caso de seu(s) filho(s) estar fazendo faculdade ou ter interesse em fazer, em qual área ele estuda ou deseja estudar?

- a) Administração, Direito, Jornalismo, Ciências Contábeis
b) Engenharia civil, Ciência da Computação
c) Agronomia, Veterinária
d) Pedagogia, Matemática, História, Geografia
e) Medicina, Enfermagem, Psicologia, Fisioterapia

8-Seus filhos ajudam nos afazeres da propriedade?

- a) não b) sim, 1 c) sim, 2 d) sim, 3 ou mais

9-Seus filhos participam das decisões tomadas na propriedade?

- a) não b) sim, 1 c) sim, 2 d) sim, 3 ou mais

10-Seus filhos demonstram interesse em permanecer no campo?

- a) não b) sim, 1 c) sim, 2 d) sim, 3 ou mais

11-Em caso de resposta negativa, quais fatores levam a esta opção?

- a) baixa renda mensal
b) não gosta da vida no campo
c) prefere trabalhar com carteira assinada
d) acredita na falta de políticas públicas que auxiliem na vida no campo
e) Outros: _____

12-O que você acredita que pode aumentar o interesse dos jovens em permanecer no campo?

- a) Mais recursos oriundos do crédito rural
b) Garantia de renda
c) Acesso a projetos que incentivem a permanência do jovem no campo
d) Projetos que ofereçam moradia, para os jovens formarem suas famílias no campo
e) Não há como aumentar o interesse dos jovens em permanecer no campo
f) Outros: _____